

Superávit ^{Dívida Pública} mínimo de 1,3%

TATIANA BAUTZER

O governo precisará de um superávit primário anual (resultado das contas públicas antes do impacto de juros) de 1,3% a 2,2% do PIB para evitar um forte crescimento da dívida pública nos próximos anos. Essa é a meta mínima sugerida pelo economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fábio Giambiagi, para iniciar o ajuste fiscal, considerado imprescindível para o próximo governo.

Só com esse superávit o governo conseguiria estancar o crescimento da dívida pública, que saltou de 26% do PIB em 1994 para 31% em 1997, pelo conceito que exclui o crescimento de base monetária.

“O ano que vem marca uma encruzilhada, a necessidade de ajustar as contas públicas para que não haja

dificuldades extremas de financiamento do setor público a partir do ano 2000, quando acabarem as receitas das grandes privatizações”, diz o economista. Giambiagi participou de um debate sobre déficit público na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na semana passada.

Já a partir do ano que vem, lembra Giambiagi, o governo perde cerca de 1,5% do PIB correspondentes a receita de impostos, considerando o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o fim das alíquotas mais altas de imposto de renda para pessoa física e aplicações financeiras. A partir do ano 2000, se não for aprovada a prorrogação da CPMF, a perda de receita fiscal atingirá 2% do PIB, considerando o fim do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e as dificuldades políticas para renegociar sua prorrogação.

A saída será, no próximo governo, negociar a reforma tributária e cortar gastos. Entre as sugestões de Giambiagi para a mudança do sistema tributário, estão a criação de uma terceira alíquota de Imposto de Renda, de 35%, para rendimentos mais altos, e a reorganização da tributação sobre as empresas. De qualquer forma, o ajuste não poderá depender só de aumento de impostos. O corte de gastos terá que ser feito e a rubrica candidata a sofrer cortes é a de outras despesas de custeio e capital – que incluem investimentos em programas importantes. Os gastos nessa rubrica cresceram de R\$ 18,5 bilhões em 1995 para R\$ 28 bilhões nos últimos 12 meses.

A reforma da Previdência não terá um efeito fiscal imediato, mas um impacto de médio prazo. Giambiagi criticou algumas interpretações errôneas, segundo ele, das mudanças pre-

videnciárias. Ao contrário do que afirmam alguns críticos da reforma, diz o economista, a aposentadoria por tempo de serviço é mais utilizada pela classe média, que tem como comprovar os anos de contribuição. Os trabalhadores mais humildes acabam se aposentando por idade, apesar de terem começado a trabalhar mais cedo, porque têm dificuldades de comprovar o tempo de serviço.

Outro erro, segundo Giambiagi, é considerar a expectativa de vida do brasileiro para criticar a aposentadoria por idade. O dado que deve ser utilizado é a expectativa de sobrevivência após a aposentadoria, que é diferente da expectativa média de vida dos brasileiros por influência estatística da taxa de mortalidade infantil. A expectativa de vida dos aposentados está hoje entre 78 e 85 anos, diz o economista do BNDES.